

Apresentação

Introduction

ANA LÚCIA GOULART DE FARIA¹

ALEX BARREIRO²

ELINA ELIAS DE MACEDO³

FLÁVIO SANTIAGO⁴

SOLANGE ESTANISLAU DOS SANTOS⁵

Em vez da celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e críticas.

Em vez da renúncia à emancipação social, proponho a sua reinvenção.

Em vez da melancolia, proponho o optimismo trágico. []

*Em vez do fim da política, proponho a criação de subjectividades transgressivas
pela promoção da passagem da acção conformista à acção rebelde.*

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

Este dossiê é fruto das discussões ocorridas no *Seminário Internacional sobre Infâncias e Pós-Colonialismo: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras*⁶, que

1. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas; Campinas/SP. Coordenadora do grupo GEPEDISC-Culturas Infantis. *E-mail*: cripeq@unicamp.br.
2. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas; Campinas/SP. Membro do GEPEDISC - Culturas Infantis e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana (GEISH). *E-mail*: barreiro_alex@ig.com.br.
3. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas; Campinas/SP. Membro do GEPEDISC-Culturas Infantis. *E-mail*: elinamac@gmail.com.
4. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas; Campinas/SP. Membro do GEPEDISC-Culturas Infantis. *E-mail*: flavio.fravinho@gmail.com.
5. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas; Campinas/SP. Membro do GEPEDISC-Culturas Infantis. *E-mail*: solestani13@yahoo.com.br.
6. O evento foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2012 na Universidade Estadual de Campinas, e foi organizado pelo grupo de pesquisa GEPEDISC-Culturas Infantis da Faculdade de Educação/Unicamp. Conferir a programação no site: <https://sites.google.com/site/infanciaposcolonialismo/>.

foi idealizado por nós durante a participação na disciplina “Sociologia da infância”, ministrada no curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, pela professora Ana Lúcia Goulart de Faria. A disciplina, regada a problematizações teóricas e epistemológicas sobre a infância no Brasil contemporâneo, fez com que questionássemos os regimes de verdades e saberes que constituem os discursos sobre o que é ser criança, historicamente herdados da Europa e que povoaram/povoam os cursos de pedagogia e colonizaram nossos pensamentos e percepções de cultura e sociedade, prescrevendo as formas de *governamentalidade*⁷ e educação das crianças brasileiras.

Diante da difícil provocação de descolonizarmos o pensamento, dentre tantas problemáticas envolvendo a educação, a sociedade e a cultura, nosso grupo de pesquisa mergulhou na Pedagogia da Infância, buscando compreender, nas mais variadas expressões e relações entre as crianças, como um sistema colonial interfere na produção das culturas infantis.

Nessa investida, as construções acerca do sexo, gênero e sexualidade infantil também passaram a ser interrogadas, principalmente quando se tratava de biologizar, naturalizar e deixar em sincronia essas distintas categorias como uma condição ontológica do sujeito. Os discursos dos saberes científicos europeus, sobretudo de base psicanalítica e etapista, influenciaram a educação nacional e foram incorporados por médicos, educadores e intelectuais brasileiros que, a partir de pressupostos clínicos, desenharam as fronteiras da criança normal e anormal.

Nosso objetivo, ao levantarmos esses questionamentos, é desconstruir a percepção de unanimidade presente no padrão socialmente estabelecido como *normal*, possibilitando a abertura de um olhar para além de um sistema de representação que nos “colonializa” e nos orienta a assumir determinados papéis em sociedade.

Foram muitos os desafios encontrados para se pensar as crianças do ponto de vista descolonizado, compreendendo-as como sujeitos autônomos, produtoras e produtores de culturas infantis. Para contemplar os diversos interesses dos estudos pós-coloniais na Educação, decidimos organizar um evento que agregasse pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento, como a Literatura, Pedagogia, Filosofia, História, Antropologia etc. que contribuíssem no campo da pesquisa em

7. Poder sobre a vida, isto é, as formas de exercício do poder que surgem do umbral biológico da Modernidade, desde o momento em que homem como animal vivente adquire uma existência política; quando a vida biologicamente considerada converte-se em objeto de governo.

educação para esta faceta acadêmica já inaugurada e espalhada em vários outros âmbitos. Surgiu dessa inspiração o *I Seminário Internacional sobre Infâncias e pós-colonialismo: pesquisa em busca de pedagogias descolonizadoras*.

Para que a inspiração saísse do plano das ideias, foi necessário estabelecermos uma rede de colaboração, envolvendo professores/as e pesquisadores/as, com apoio da universidade, dos grupos de pesquisa e dos órgãos de fomento.

Sabíamos da responsabilidade que a proposta do seminário traria, tendo em vista a inovação da temática e as dificuldades tanto da comissão organizadora quanto dos grupos de pesquisas inscritos e oriundos de diversas regiões do país para a apresentação de trabalhos pensando em pedagogias que caminhassem em direção a um movimento de descolonização da educação de nossas crianças brasileiras.

Todo o investimento e tempo dedicado ao planejamento e realização do seminário nos possibilitou construir um pensamento emancipatório que não se prende a perspectivas etnocêntricas, a metodologias e cartesianismos, que se desvincula desse tipo de conhecimento ainda positivista e orgânico, interrogando os regimes de *poder-saber* que atravessaram o Atlântico e as diversas formas (*agressão, educação, violências simbólicas, etc.*) que assujeitaram nossos corpos e pensamentos, fazendo-nos acreditar que estaria no modelo de sociedade e cultura europeia o processo civilizador dos povos brasileiros. Como afirma Chauí (2001, p.55), o Brasil segue:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência.

Convidamos vocês, leitores e leitoras, a deglutir esta nossa proposta de uma saborosa leitura, composta dos mais diferentes temperos e linguagens das academias brasileiras, receita sem medidas e dosagens, mistura em experiência, quantidade inexata ou abundante, cabe a vocês devorarem ou não este banquete antropofágico.

No primeiro texto, *Tupi or not tupi: escolarização desde o nascimento, a quem serve? Educação não é escolarização... Principalmente quando se trata da educação da*

pequena infância, Maria Letícia Nascimento traz o debate sobre como as diferentes teorias e concepções de infância impactam a vida das crianças que frequentam as creches e pré-escolas brasileiras, destacando a sua crescente institucionalização e precoce escolarização. Muitas vezes a escolarização é apoiada na justificativa dos economistas de que esse seria um investimento social, pois as crianças que frequentam a escola maior número de anos apresentam melhoria profissional. Alerta-nos que essa proposta tem por base a criança universal e vislumbra a infância em sua capacidade futura. Esse mesmo pressuposto é compartilhado pelos que defendem o ensino dos conteúdos escolares desde a educação infantil como forma de garantir o acesso ao conhecimento às camadas menos favorecidas da população com vistas a sua humanização e emancipação na vida adulta. Uma terceira concepção, defendida também pela autora, aponta para a infância não como um tempo de passagem e preparação para a vida adulta, mas reconhece desde já as crianças como agentes ativos e *atores sociais de pleno direito [...] que numa perspectiva de relações de interdependência e de reciprocidade entre crianças e adultos* precisam do nosso apoio no rompimento das amarras para que seu dia a dia nas creches e pré-escolas se distancie desse *ambiente destinado ao controle e disciplinamento das crianças pelos adultos* que é a escola e que só reproduz o colonialismo.

No texto seguinte, *Encontro com as diferenças na educação infantil: meninos e meninas nas fronteiras de gênero*, Daniela Finco problematiza o conceito de infância, buscando evidenciar as diferenças que as crianças trazem em suas ações sociais, constitutivas de infâncias plurais, destacando suas diferenças e particularidades. Interrogando os determinismos que buscam uma sincronização entre as categorias de sexo, gênero e sexualidade, Finco nos alerta sobre a herança dos fundamentos essencialistas presentes nas concepções médicas, biológicas e psicológicas que ainda hoje influenciam a educação do corpo e dos desejos das crianças. A autora abre um debate para pensarmos e interrogarmos o legado dos saberes deterministas que secularmente produziram em nossas crianças um efeito binário acerca dos papéis de gênero e uma sexualidade que estivesse inscrita dentro dos modelos heteroafetivos.

No texto *E quando a inclusão excludente é com crianças de 0 a 12 anos?*, ao recorrer a Mário de Andrade, Márcia Gobbi procura apresentar o tema pelas mãos do poeta que provoca e se revela em *inconformismos ao mesmo tempo em que deflagra a presença da criança e da infância*. Essa infância é discutida no texto para além da classificação etária, como condição humana, e as crianças como meninos e meninas criativos/as, produtores/as de diversas manifestações culturais como formas de resistências,

dentre elas, o desenho. *Os desenhos das crianças, complexos em cores, linhas e traços que se misturam e apresentam diversas temáticas, ora mais ou ora menos comuns a todos nós, constituem-se sempre num grande desafio a ser enfrentado [...].*

Silvio Gallo, no texto *Infância e Resistência – resistir a quê?*, ressalta que a infância encontra-se colonizada, governada e controlada pelos mais diversos dispositivos, em especial pelo dispositivo pedagógico escolar. Para evidenciar tal fato, o autor faz uso dos documentos de políticas públicas brasileiras para a educação infantil, tendo como objetivo compreender o processo de governamentalidade da infância no contexto de uma governamentalidade democrática. Como possibilidade de resistência a tal processo, com base nos pressupostos do filósofo francês Émile Chartier, Gallo nos propõe não pensarmos as crianças como pequenos cidadãos, mas sim percebermos suas potências e possibilidades.

Tempo e Cotidiano – tempos para viver a infância é o texto escrito por Maria Carmen Silveira Barbosa que expõe a sua reflexão sobre as consequências, para vida das crianças pequenas, da submissão das instituições educativas aos tempos do capital e nos alerta para o fato de que a *regulação temporal que caracteriza a vida contemporânea com a tríade - produção, acumulação e consumo - atropela e desapropria o tempo da vida*. A autora amplia a discussão com acepções de tempo de outras culturas e nos convida a resistir à escolarização precoce, compartilhando a vida, brincando e narrando. Vislumbra o caráter político do cotidiano vivido coletivamente e afirma que *a vida em comum, a brincadeira e a imaginação e a construção de narrativas são elementos políticos importantes na educação das crianças. São eles que fomentam a expansão do ser, a atenção ao detalhe, a gentileza, isto é, a delicadeza inegociável da vida*.

Antes dos portugueses [...] o Brasil tinha descoberto a felicidade é o título do texto escrito por Mirian Lange Noal, que apresenta um diálogo entre O Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade (1928) e os achados de sua pesquisa desenvolvida durante o doutoramento (2001-2006), na Aldeia Pirakuá, Bela Vista/Mato Grosso do Sul. Para Noal, as crianças indígenas anunciam pedagogias livres, alegres, transgressoras, vivas, que possibilitam a percepção de fragmentos da magia brasileira gritada no Manifesto Antropofágico.

No texto intitulado *Algumas definições de infância na Amazônia ocidental indígena: a “perspectiva local” e o “etnocentrismo”*, por meio da pesquisa sociolinguística realizada com professores indígenas acreanos, Terezinha Machado Maher vai pontuando alguns aspectos que a fez problematizar a descolonização dos

procedimentos de pesquisa. Ao colocar em uma tabela as categorias *criança, jovem, adulto e velho*, percebeu que não havia consenso entre os professores sobre os seus significados, o que significa afirmar que as categorias não eram universais e que *há dissenso no interior das culturas*. A divisão não se dá apenas pela idade, são necessários acontecimentos e determinadas competências para definir se a pessoa é criança, jovem, adulto ou velho. Isso leva a certificar a *complexidade das relações interculturais* e o quanto é necessário descolonizar as pesquisas. *Mas, para que essa descolonização possa ocorrer, nós todos somos convocados a teorizar sobre nossas culturas. E esse processo não é nada fácil. Ele implica estranhamentos mútuos, ajustes, negociações, muitas idas e vindas, enfim.*

O debate construído pelas autoras e pelo autor nos instiga a olhar novamente para nossas diferentes realidades socioculturais e buscar o desenvolvimento de pedagogias descolonizadoras que não limitem os sujeitos a um modelo de mundo e sociedade, possibilitando um encontro com a multiplicidade de tempos, espaços e saberes, nos reconstruindo e produzindo novas formas de atuação docente.

Convidamos vocês, leitores e leitoras, a explorarem múltiplos territórios no campo da Educação. Encontramos nos propósitos deste movimento descolonizador do pensamento brasileiro possibilidades de intervenção nos fundamentos que sustentam as bases epistemológicas da pedagogia contemporânea e, ao mesmo tempo, um exercício artístico, por levar-nos da desconstrução ao ato de criação de uma nova experiência educativa.

Preciso ser um outro
 para ser eu mesmo
 Sou grão de rocha
 Sou o vento que a desgasta
 Sou pólen sem insecto
 Sou areia sustentando
 o sexo das árvores
 Existo onde me desconheço
 aguardando pelo meu passado
 ansiando a esperança do futuro
 No mundo que combato morro
 no mundo por que luto nasço.
 MIA COUTO

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- COUTO, M. *Raízes de orvalho e outros poemas*. Lisboa: Caminho, 1999.
- SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

Recebido em 20 de maio de 2013 e aprovado em 15 de julho de 2013.